

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/8402	12111/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCTAF [CONTRATOS E APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que em **12 de Fevereiro de 2021** foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de **Vilaça e Fradelos**, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Alargamento da Rua da Igreja – Fradelos**», transferindo, para o efeito, uma verba de **247.550,92€** com IVA incluído;

Considerando que em **29 de Setembro de 2022** foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências inicialmente celerado, entre o Município e a Junta de Freguesia de **Vilaça e Fradelos**, para «**Reforço de Verba – Alargamento da Rua da Igreja – Fradelos**», transferindo, para o efeito, uma verba de **48.426,91€** com IVA incluído.

Considerando que foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor contratualizado, sendo necessário um novo reforço da verba aprovada.

O Município, por força do disposto na alínea I), do n.º 1, do art.º 33.º e na alínea i), do n.º 1, do art.º 16º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, delega na **Junta de Freguesia de Vilaça e Fradelos** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da obra denominada «**Segundo Reforço de Verba – Alargamento da Rua da Igreja – Fradelos**», transferindo, para o efeito, uma verba de **89.167,58€** com IVA incluído, que foi validada pela DCTAF.

Propõe-se que o Executivo Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Vilaça e Fradelos** para



a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **89.167,58€ (oitenta e nove mil, cento e sessenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75 /2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta encontra-se anexa ao processo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

